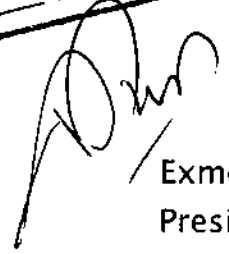


MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE  
E EXPEÇA-SE  
2021/09/13

Presidente da Assembleia da República  
DAPLEN

11.9.2007  
dec



Exmo. Senhor  
Presidente da Assembleia da  
República

REQUERIMENTO N.º 2202/VIII (2.ª) - AC

**ASSUNTO: Irregularidades na gestão do aterro sanitário de RSUs da AMARTEJO**

Foram recentemente divulgados na Imprensa factos relativos à infra-estrutura referida em epígrafe que, a confirmarem-se, poderão constituir graves irregularidades pelo desvio que representam relativamente às mais elementares regras de gestão de resíduos, bem como pelos riscos que tais condutas comportam para a saúde e o ambiente.

Designadamente, menciona-se que naquele aterro sanitário - gerido pela empresa SOLURBE, do Grupo LENA, concessionária da exploração e gestão -, que serve os municípios de Abrantes, Sardoal, Gavião e Mação, teriam vindo a ser depositados resíduos de amianto, toneladas de pneus e teriam sido detectadas por funcionários rupturas nas telas de revestimento que, contudo, não eram reparadas, mas apenas tapadas com terra. Para além disso, também a ETAR local não estaria a tratar adequadamente os lixiviados e verificava-se peso a mais nas guias de pesagem (à entrada) dos RSUs para o aterro.

Perante isto e em face de denúncias por funcionários do aterro, entretanto por tal conduta despedidos dos seus postos de trabalho, a

Assunto	4882
Assunto	
Assunto	
Assunto	

14 SET 2007  
Câmara Municipal de Amartejo

Direcção Regional do Ambiente de Lisboa e Vale do Tejo (DRAOT/LVT) realizou uma visita ao local, tendo detectado, efectivamente, a presença de resíduos de amianto entre os RSUs ali depositados.

Por seu turno, a presidente do Instituto de Resíduos veio salientar que “há dois anos o instituto autorizou que os resíduos de amianto fossem depositados no aterro sanitário de Abrantes, porque nessa altura havia bloqueio às exportações. Mas (exigiu) à empresa que os possuía que tomasse precauções”. E anunciou que, agora, o instituto vai realizar uma auditoria técnica à infra-estrutura para apurar se se confirmam as irregularidades de que se tem vindo a falar.

Nestes termos,

Vem o Deputado abaixo assinado ora requerer ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, ao abrigo das disposições aplicáveis da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, a prestação de informação concreta e detalhada sobre:

- a) Se confirma esse departamento governamental as situações descritas e tornadas públicas na Imprensa?
- b) Que fiscalização, e com que regularidade, é operada pelos serviços do MAOT a este tipo de infra-estruturas?
- c) Considera esse ministério adequada a gestão do aterro que tem vindo a ser realizada pela empresa SOLURBE?
- d) A que precauções específicas se referia a Sra. Presidente do Instituto dos Resíduos a propósito dos depósitos, no local, de resíduos de amianto? Solicita-se o envio dos respectivos documentos técnicos de suporte a tal opção.



GRUPO PARLAMENTAR

- e) Quais, segundo o MAOT, as precauções que estão a ser tomadas no sentido de uma eventual reintegração dos trabalhadores denunciantes, entretanto despedidos dos seus postos de trabalho?

Palácio de São Bento, 11 de Setembro de 2001

O Deputado

(José Eduardo Martins)